

PARECER: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)
CARONA Nº A/2025-0001.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

O Sr. **Savyo das Merçês Santos**, responsável pelo Controle Interno do Município de Primavera – PA, nomeado nos termos do Decreto Municipal Nº 041/2024 de 02 de Maio, declaro para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da resolução nº 11.410/TCM de 25 fevereiro de 2014, analisou integralmente o Processo Nº A/2025-0001, referente à licitação na modalidade de licitação “carona” tendo por objeto ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013.2024, DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA/PA, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL TIPO PIÇARRA BRUTA, SEIXO, TERRA PRETA, AREIA BRANCA E ATERRO ARENOSO, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA, celebrado com a Prefeitura Municipal de Primavera-Pa, e a Empresa: ML COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF: 19.921.242/0001-46, no valor global de R\$ 1.487.700,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil e setecentos reais), com base nas regras insculpidas pela Lei Federal 14.133/2021, e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

1. RELATÓRIO

Submeteu-se a este Órgão de Controle Interno o processo administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, cujo objetivo é a adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 do Município de Santa Bárbara/PA, com vistas à aquisição de piçarra bruta, seixo, terra preta, areia branca e aterro arenoso, insumos indispensáveis às atividades de infraestrutura e manutenção urbana e rural do Município de Primavera/PA.

Cumpre ressaltar que a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 86, §§ 2º e 3º, autoriza expressamente a adesão a Atas de Registro de Preços de outros entes federados, desde que atendidas as condições previstas no edital e na ata, o que restou observado no presente processo.

Assim, verifica-se que a adesão pretendida encontra-se devidamente justificada sob o prisma da legalidade, da economicidade e, sobretudo, da supremacia do interesse



público, haja vista que a contratação permitirá maior celeridade na execução de obras essenciais à coletividade.

É o relatório. Passo a manifestação.

2. CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista o princípio da legalidade, declaramos que o processo supracitado encontra-se revestido das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para com esta municipalidade, ficando a cargo do gabinete do prefeito e da Secretaria Municipal a geração e execução das despesas.

Ressalte-se que a publicação do instrumento de contrato devem observar os prazos estabelecidos pelas resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM - PA.

Encaminha-se ao órgão competente e de responsabilidade de fiscalização externa e posterior arquivamento interno.

Sendo estas as considerações finais, submetem-se os autos à comissão de licitação.

Salvo melhor Juízo, é o nosso parecer.

Primavera/PA, em 11 de Setembro de 2025.

Savyo das Mercês Santos

Coordenador de Controle Interno
Decreto Nº 041/2024